



Anais da Assembléia

N.65

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 53.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1987
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos senhores Deputados Anibal Khury e José Rogério Carvalho.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiati, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi, Luiz Alberto Oliveira, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Pirajá Ferreira e Quielse Crisóstomo (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa defere e irá proceder à verificação de

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

30 Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

A Presidência irá proceder à verificação de votação da Ata, atendendo solicitação do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida a verificação de votação;

30 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Aprovada a Ata.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Vossa Excelência citou que trinta Senhores Deputados encontram-se presentes? Parece-me que, no Plenário não chegamos a tal número de Deputados.

Solicitaria verificação de quórum, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Atendendo Questão de Ordem de Vossa Excelência, o Senhor 1.^o Secretário procederá novamente à chamada nominal dos senhores Deputados, para verificação de quórum.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - (Anibal Khury) (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Trinta Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Aprovada a Ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 51/87

Curitiba, 09 de junho de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva introduzir modificações, conforme adiante se especifica, na Lei n. 6.364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM).

ce à conjuntura econômica do País após o Plano Cruzado, e visam, primordialmente, se não impedir, mas reduzir a evasão da receita derivada decorrente da arrecadação do principal imposto estadual, o ICM, e mais especificamente se consubstanciam nas seguintes:

1. Atualmente a variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), serve de base para a atualização monetária dos créditos tributários do Estado e, como o Governo Federal, a partir de março do corrente ano, passou a divulgar o valor oficial daquela obrigação após o décimo quinto dia do mês subsequente, ficou o Estado sem índice que lhe servisse de parâmetro para o cálculo dos impostos e multas pagas do 1.º ao 14.º dia de cada mês, o que obriga a Fazenda Pública a adotar índices provisórios com inúmeros transtornos, tanto para a administração como para os contribuintes, já que estes nem sempre coincidem com o índice oficial posteriormente divulgado.

O anteprojeto busca solucionar a questão determinando, para o mês em que no primeiro dia enexistia o índice oficial, a adoção daquele vigente no último dia do mês anterior, critério que servirá também para fixar o valor das penalidades que tem a OTN como base, a saber, aquelas previstas nos itens 9, 10, 11, 12 e 13 do § 1.º e § 3.º, do artigo 54 da Lei n. 6364/72.

Na impossibilidade de utilização da OTN como base, será adotado o critério que vier a ser utilizado pela União para a atualização dos seus impostos.

A proposta está contida nos artigos 1.º e 3.º do anteprojeto.

2. Objetiva alterar também o termo inicial para contagem dos juros de mora que pelo critério originário passavam a fluir, quando do lançamento de ofício pelo rito contraditório, a partir da data da ciência, pelo contribuinte, da decisão definitiva, e na hipótese do lançamento por homologação pelo rito sumário, quando o débito é declarado na Guia de Informação e Apuração do ICM (GIA), a partir do mês seguinte ao em que recair o nonagésimo dia a contar do vencimento do imposto.

Pelo anteprojeto, através da proposta de alteração introduzida nos parágrafos do artigo 23 da Lei n. 6364/72, unificar-se-iam os critérios com o início da contagem dos juros a partir do vencimento do prazo de pagamento do imposto ou da multa. Antecipar-se-ia, portanto, o termo inicial, adequando o acréscimo moratório à realidade econômica vigente.

Esta alteração se encontra no artigo 2.º do anteprojeto.

3. A seu turno o artigo 4.º diz respeito à redução do prazo de encerramento do procedimento administrativo de rito su-

mário ou especial de que trata o artigo 57 da Lei n. 6364/72, que atualmente é de 90 dias e passará a ser de 60 dias, a contar da expiração do prazo de pagamento.

Esta alteração possibilitará que, em menor prazo, se possam inscrever os débitos não pagos na dívida do Estado ou proceder-se o lançamento de ofício das diferenças faltantes, alcançando-se o contribuinte inadimplente mais rapidamente, o que aumentará em muito a possibilidade de cobrança, quer amigável ou judicial.

4. A redução do prazo de rito sumário antes mencionada, se completará com a alteração constante do artigo 5.º do anteprojeto.

Com a nova redação ao artigo 58 da Lei Orgânica serão reescalados os prazos e percentuais de redução da multa ficando os mesmos adequados dentro do novo período de 60 dias do rito sumário. Assim, no 1.º dia após o vencimento haverá um acréscimo de apenas 1% para o pagamento, do 2.º ao 15.º

dia 10%, do 16.º ao 30.º dia, 20% e do 31.º ao 60.º dia, 30%.

Isto contra os acréscimos atualmente vigentes de 1% para os dez primeiros dias após o vencimento, 10% para os pagamentos efetuados entre 11.º dia ao 60.º, e 20% do 61.º ao 90.º dia, que possibilitam a especulação financeira por parte dos devedores, com a aplicação no período, do valor do tributo no mercado financeiro que paga juros mais elevados e em prazo muito mais curto do que é cobrado pelo fisco a título de multa moratória.

Com a redução do prazo do rito sumário e o reescalamento dos prazos e percentuais em questão, se não é possível neutralizar tal prática, pelo menos ela tornar-se-á menos vantajosa.

5. A redação proposta ao artigo 62 da Lei 6364/72, pelo artigo 6.º do anteprojeto, colocará na lei estadual critério já consagrado pelo Código Tributário Nacional, pelo qual os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição onde deva ser efetuado o pagamento ou praticado o ato.

Com isto solucionar-se-á o problema que freqüentemente surge por ocasião de feriados, greves ou qualquer circunstância prejudicial ao expediente normal nos estabelecimentos públicos ou bancários que participam do sistema arrecadador do Estado.

A ausência de tal dispositivo no texto legal vigente, obriga a Fazenda Pública a cada evento desta natureza fazer promulgar norma excepcional de forma a solucionar o impasse surgido, principalmente em decorrência dos acréscimos moratórios que passam a ser exigidos após, pelos órgãos arrecadadores.

6. O artigo 7.º do projeto visa res-

guardar os funcionários que atuam diretamente na arrecadação e cobrança do ICM e que eventualmente poderão ser responsabilizados pela diferença no cálculo do imposto em vista da divergência entre os índices provisórios fixados pela administração, nos meses em que o valor oficial da OTN só foi oficialmente atribuída após o décimo quinto dia do mês subsequente.

A nova redação pretendida para o artigo 15 da Lei n. 6551 de 07 de junho de 1974, autorizará que a responsabilidade divulgada ao funcionário por erro de cálculo seja ilidida se a diferença faltante for objeto de lançamento de ofício através da lavratura de auto de infração.

7. Finalmente, o artigo 8.º convalidará os índices fixados pela Secretaria da Fazenda para a cobrança dos tributos na ausência do valor da OTN para o mês, provisoriamente, e ante a urgência da medida era impossível proceder a alteração necessária na Lei Orgânica do ICM, que ora se propõe.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Os § 3.º, 4.º e 5.º do artigo 22 da Lei n. 6364, de 29 de dezembro de 1972, derogados pelo artigo 3.º da Lei 6757, de 22 de dezembro de 1975, ficam re- vigorados com as seguintes redações:

"Art. 22-

§ 3.º - Para os efeitos do § anterior, no mês em que no 1.º dia inexistir oficialmente o valor da OTN, prevalecerá aquele vigente no último dia do mês anterior.

§ 4.º - Na impossibilidade de adoção dos critérios para o cálculo da atualização monetária previstos neste artigo, face alteração introduzida pela legislação monetária, será adotado o critério utilizado pela União para atualização dos impostos federais.

§ 5.º - Na hipótese de parcelamento, a atualização monetária será calculada até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir deste mês, até a do efetivo pagamento de cada parcela".

Art. 2.º - Os parágrafos 2.º e 3.º do artigo 23 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passam a ter as seguintes redações:

"Art. 23 -

§ 2.º - Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento do ICM e/ou da multa.

§ 3.º - Na hipótese de parcelamento, os juros de mora serão contados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, partindo-se daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela".

Art. 3.º - Ao art. 54 da Lei n. 6364, de 29 de dezembro de 1972, fica acrescido mais um parágrafo, com a seguinte redação:

"Art. 54. -

§ 7.º - No mês em que, no dia 1.º inexistir oficialmente o valor da OTN, para fins de cálculo das multas previstas nos itens 9, 10, 11, 12 e 13 do § 1.º e do § 3.º, será observado o disposto no § 3.º do artigo 22".

Art. 4.º - Os itens 2 e 3 do § 1.º e o "caput" do § 2.º do artigo 57 da Lei n. 6364, de 29 de dezembro de 1972, alterados pelos artigos 8.º da Lei n. 6551, de 7 de julho de 1974, da Lei 6757, de 22 de dezembro de 1975, passam a ter as seguintes redações:

"Art. 57 -

§ 1.º -

2.º com o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da expiração do prazo de pagamento, previsto na legislação tributária, sem que seja extinto o total do crédito tributário declarado, caso em que será inscrito em dívida ativa do Estado, após 30 (trinta) dias da intimação feita ao contribuinte;

3.º quando decorridos os 60 (sessenta) dias de que trata o item anterior, tenha o contribuinte pago fora do prazo, em relação ao período considerado, o total do imposto a recolher, por ele próprio declarado na guia de Informação e Apuração e não tenha recolhido a quantia da multa descrita na letra "a" do item 1 do § 1.º do artigo 54, caso em que o valor da pena, reduzido em relação à data do pagamento do imposto, conforme o artigo 58, será imediatamente inscrito em dívida ativa do Estado, ressalvada a observância, quando cabível, do valor indicado no § 3.º, do artigo 54;

§ 2.º - quando, vencido o prazo de 60 (sessenta) dias a que se refere o item 2, do parágrafo anterior, houver, em relação à Guia de Informação e Apuração do ICM, apresentada pelo próprio contribuinte, insuficiência no pagamento do imposto a recolher relativo ao período considerado, o valor da diferença será lançado em auto de infração para início de processo administrativo-fiscal de instrução contraditória, aplicando-se a pena descrita na letra "b", do item § 1.º do artigo 54, incluindo-se nesse lançamento, quando exigível".

Art. 5.º - O artigo 58 da Lei n. 6364, de 29 de dezembro de 1972, com as alterações das Leis n.s. 6551, de 7 de julho de

1974 e 6757 de 22 de dezembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 58 - A multa prevista na letra "a", do item 1 do § 1., do artigo 54, será reduzida, observados os seguintes prazos e percentuais:

a. no 1. dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo de pagamento, para 1% (um por cento) do valor do imposto pago;

b. do 2. ao 15. dia contados da data indicada na letra anterior, para 10% (dez por cento) do valor do imposto pago;

c. do 16. ao 30. dia contados da data indicada na letra "a", para 20% (vinte por cento) do imposto pago; e

d. do 31. ao 60. dia contados da data indicada na letra "a", para 30% (trinta por cento) do imposto pago".

Art. 6. - O artigo 62 da Lei n. 6364, de 22 de dezembro de 1972, revogado pelo artigo 25 da Lei n. 6757, de 22 de dezembro de 1975, fica revigorado com a seguinte redação:

"Art. 62 - Os prazos referidos nesta Lei só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição onde deva ser realizado o pagamento ou praticado o ato".

Art. 7. - O artigo 15, da Lei n. 6551, de 7 de junho de 1974, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15 - Quando o agente de rendas for responsabilizado em função de pagamento insuficiente de crédito tributário, em relação aos recolhimentos bancários autorizados ou agências de rendas, essa responsabilidade será elidida, automaticamente, na ocasião do lançamento das diferenças em processo administrativo-fiscal".

At. 8. - Ficam homologados os pagamentos e, conseqüentemente, extintos os créditos tributários pertinentes à atualização monetária, cujos cálculos foram realizados com base em índices provisórios fixados pela Secretaria da Fazenda, em virtude da inexistência, à época do pagamento, do valor oficial da OTN.

Art. 9. - Esta lei entrará em vigor no dia 1. do mês seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 52/87

Curitiba, 09 de junho de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio n. 19/86, datado de 19 de fevereiro de 1986, e de seu Termo Aditivo n. 01, de 26 de fevereiro de 1987, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de

Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando a implantação e operacionalização do "Projeto Suporte de Informação para Indústria e Comércio do Instituto de Tecnologia do Paraná" e do Convênio n. 04/87, datado de 11 de março de 1987., celebrado entre as mesmas Partes, objetivando proporcionar à Secretaria, condições para a execução do Projeto Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 53/87

Curitiba, 09 de junho de 1987.
Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem n. 25/87, de 13 de março de 1987, que corrige valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 8434, de 24.12.86, para cargos integrantes da carreira de Procurador, da Procuradoria Geral do Estado, venho à presença de Vossa Excelência, a fim de que o Projeto de Lei n. 18/87, oriundo da referida Mensagem, seja acrescido de dispositivo nos termos do Substitutivo Geral, datado de 21.04.87, da Comissão de Constituição e Justiça, dessa Casa de Leis.

A proposta de aditamento ora formulada, que atende reivindicações dos Assessores Jurídicos do Tribunal de Justiça do Estado, encontra motivação na própria justificativa do Substitutivo Geral da C.C.J., considerada substancialmente viável conforme estudos realizados pelos setores competentes deste Poder Executivo.

A escolha da via de aditamento à proposição de minha exclusiva iniciativa tem tão somente a finalidade de aproveitar a substância da manifestação da C.C.J./ALE, evitando-se o vício de inconstitucionalidade que fatalmente decorreria da norma do art. 25, § 1., letra "b", da Constituição Estadual, e, ao mesmo tempo, buscando-se maior celeridade na consecução do objetivo almejado, sem necessidade de novo processo legislativo.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através deste, pedimos a Vossa Excelência que o Deputado LUIZ ANTÔNIO SETTI, seja incluído como membro da C.P.I. referente ao Porto de Paranaguá, conforme determina o Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 11.06.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO
Líder do PTB.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 04/87, que institui o concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números junto à Loteria Estadual e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 11.06.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

Apoio: Sabino Campos.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 101/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art 1.º - Fica alterado o dispositivo do Anexo I, de que trata o art. 290, da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, com referência ao número de vagas da carreira de ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO;

SITUAÇÃO ATUAL

CARREIRAS	CLASSES	N. CARGOS
	a	
Escriv. de Pol. Fem.	1 _a	05
Escriv. de Pol. Fem.	2 _a	10
Escriv. de Pol. Fem.	3 _a	15
Escriv. de Pol. Fem.	4.	20

SITUAÇÃO PROPOSTA

CARREIRAS	CLASSES	N. CARGOS
	a	
Escriv. de Pol. Fem.	1 _a	10
Escriv. de Pol. Fem.	2 _a	20
Escriv. de Pol. Fem.	3 _a	30
Escriv. de Pol. Fem.	4.	40

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.87.

(aa) JOSÉ FELINTO
e ANIBAL KHURY

Apoio: Raul Lopes.

JUSTIFICATIVA:

Em 14 de maio de 1982, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e o Senhor Governador do Estado sancionou a Lei Complementar n. 14, a qual, em seu art. 290, estipulou o número de vagas nas classes de Escrivão de Polícia, da 1.ª a 4.ª classe, compatíveis para a época, porém hoje esse número de Escrivães de Polícia é insuficiente com a criação da Delegacia da Mulher e, esse atendimento sendo estendido por todo o nosso Estado, está deixando muito de desejar, face o número reduzido de profissionais nessa carreira, pois da 1.ª a 4.ª Classe, são somente 50 (cinquenta) Escrivães de Polícia, número esse tão ínfimo que a mulher paranaense não está tendo o atendimento policial, dentro do mínimo necessário e, inclusive nas Subdivisões Policiais de Ponta Grossa e Maringá sequer tem lotada na Delegacia da Mulher, uma única Escrivã de Polícia, isso por falta de profissional nomeada e, nesse momento temos 22 (vinte e duas) Escrivãs de Polícia aprovadas no último concurso público e, lhes falta somente a última fase que é a Escola de Polícia, razão pela qual fazemos a proposta de elevação do número de vagas da carreira de Escrivão de Polícia Feminino.

Nestas condições, apresentamos o presente Projeto de Lei, para o qual solicitamos o devido apoio dos nobres pares.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 99/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada a PR-431, no trecho compreendido entre as cidades de Ribeirão Claro e Cambará, de "RODOVIA BENEDITO MOREIRA".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.87.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Prende-se o presente Plano de Lei ao fato do Senhor Benedito Moreira ter empreendido luta incansável para a realização desta Rodovia.

Benedito Moreira iniciou uma longa vida pública na cidade de Jacarezinho, no de curso da qual exerceu os mais relevantes

cargos. Foi eleito Prefeito de Jacarezinho por três vezes, uma por nomeação e duas por eleição.

Entre os seus dois primeiros períodos administrativos frente à Prefeitura Municipal de Jacarezinho, foi eleito para Assembleia Legislativa do Estado, e, para exercer o mandato de Deputado Estadual, renunciou ao de Prefeito Municipal.

Mais tarde, Benedito Moreira seria eleito para a Prefeitura Municipal de Cambará, sendo eleito com relativa facilidade pelo povo desta cidade.

Inúmeras são suas realizações, entre elas: construção do atual prédio da Prefeitura Municipal de Jacarezinho, várias Escolas no interior deste Município, criação, instalação e funcionamento do primeiro Curso Superior em Jacarezinho e muitas outras obras públicas executadas com recursos próprios da Prefeitura e com recursos provenientes do Governo Estadual e Federal. Assim, destacam-se também a construção de estradas e pontes na zona rural, além da melhoria de inúmeras vias públicas através da pavimentação asfáltica.

Desta forma, nada mais justo rendermos nossa homenagem àquele que, em sua vida pública, muito contribuiu para o progresso e desenvolvimento destes Municípios.

PROJETO DE LEI N. 100/87

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O artigo 1.º da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes parágrafos: o

"Art. 1.º -

§ 1.º - Em casos especiais, a juízo da Comissão de Constituição e Justiça e deliberação do Plenário, o prazo do item I poderá ser reduzido para 06 (seis) meses, atendidos os demais itens, quando a entidade seja representativa de Servidores Públicos e sua abrangência seja no âmbito estadual.

§ 2.º - No caso do parágrafo anterior a entidade apresentará relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas nos 6 (seis) primeiros meses, contados da data do registro da sua personalidade jurídica, aprovado pelo órgão encarregado do seu cadastramento".

Art. 2.º - O artigo 2.º da mesma Lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º - As entidades declaradas de Utilidade Pública serão inscritas no Cadastro Geral do órgão competente da Administração Estadual, o qual deverá receber e averbar a remessa dos relatórios circunstanciados, a que ficam obrigadas as entidades a apresentar anualmente, dos

serviços que prestaram à coletividade no ano anterior."

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.87.

(a) JOÃO ARRUDA

Apoio: Rafael Greca, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Lindolfo Júnior, Valderi Mendes Vilela, e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, ao ordenar legalmente que fosse concedido o atributo de Utilidade Pública às entidades que especifica, estabeleceu que estas só seriam beneficiadas se entre outros encargos por ela consagrados pudessem comprovar o registro da sua personalidade jurídica por mais de 1 (um) ano (item I, do artigo 1.º da Lei).

Os motivos que levaram à proposição das mudanças objeto do presente Projeto de Lei, relacionam-se com a própria sobrevivência das entidades, notadamente as que congregam ou são fundadas para congregar servidores públicos, facilmente atingidos por esse estigma que constitui o processo de desgaste natural por parte dos associados, ou melhor, o desinteresse da classe que desejam representar, em virtude do prazo estabelecido no item I do artigo 1.º da Lei anteriormente mencionada, de somente conceder o benefício após a comprovação de mais de um ano de registro da sua personalidade jurídica.

O nosso cuidado fundamenta-se na observação prática da vida dessas entidades, pois muitas delas não conseguem firmar-se no contexto ativo das comunidades que pretendem beneficiar.

A permanecer a ordem jurídica estabelecida pela Lei n. 6994/78, essas situações persistirão e daí a necessidade das medidas ora levantadas para enriquecer o diploma legal em tela, sem diminuir-lhe a importância.

Isso posto, achamos justo que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná reestude a matéria, à luz das mudanças aqui propostas que esperamos sejam acolhidas com simpatia pelos ilustres Pares desta Casa, merecendo a análise e deliberação favoráveis que a matéria faz por merecer.

LEI N. 6994

NORMAS PARA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

DATA: 10 de janeiro de 1978.

SÚMULA: Dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública de Sociedades Cíveis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1.º - As Sociedades Cívis, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas e utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

I - que possuam personalidade jurídica há mais de um ano;

II - que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários;

III - que não remunera a qualquer título os cargos da sua Diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;

IV - que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório.

Art. 2.º - As entidades declaradas de utilidade pública serão inscritas no Cadastro Geral da Coordenadoria do Bem-Estar Social, órgão de Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, o qual receberá e averbará a remessa dos relatórios circunstanciados, a que ficam obrigadas as entidades a apresentarem anualmente dos serviços que prestam à coletividade no ano anterior.

Art. 3.º - Será cassada a declaração de utilidade pública da entidade que comprovadamente,

I - deixar de apresentar, durante 3 (três) anos consecutivos, sem motivo justificado, o relatório anual a que se refere o artigo 2.º desta Lei;

II - deixar ou se negar a prestar os serviços compreendidos nos fins estatutários para a qual foi constituída;

III - remunerar, sob qualquer forma, os membros da sua Diretoria, ou conceder e distribuir lucros, bonificações ou outras vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados.

Art. 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, 10.01.78.

JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ARNALDO FAIVRO BUSATO

Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social.

Publicado no D.O. 210 de 12/01/78.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Finda a leitura do Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

- Consulta a Liderança do PDS, se fará

uso da palavra.

(Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PL.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT;

Concedo a palavra, no Horário das Lideranças, ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta Casa já abordamos um assunto, e um assunto por demais delicado, porque está ligado a área da educação, à área profissionalizante. Aqui já levantamos o problema do Instituto Politécnico Estadual, localizado no bairro do Boqueirão, única escola profissionalizante em Curitiba. O Paraná tem apenas três, outras duas localizadas em Ponta Grossa, me parece, e na cidade de Maringá.

Mas, vejam Senhores Deputados, em Cascavel existe a Escola Técnica "Pedro Barreto", e até peço aqui ao Parlamentar que representa a região, que me dê subsídios a respeito do que eu vou falar.

Em Cascavel, a Escola "Pedro Barreto" está caindo, embora tenha sido construída há pouco tempo, na administração ainda da professora Gilda Poli, e esta escola encontra-se praticamente fechada porque não oferece condições de utilização.

E vejam que esta escola é mantida pelo convênio - MEC-BIRD, o que significa dizer que recebe ajuda para a compra de equipamentos e para a sua manutenção; e esta ajuda é em dólares, dólares do Convênio MEC-BIRD, e no entanto, esta escola técnica está caindo, está sem condições de funcionamento.

E aí pergunta-se: o que é que está acontecendo? Nós queríamos, e eu repito mais uma vez que gostaria que os parlamentares da região de Cascavel pudessem também trazer informações a esta Casa, acerca do que realmente está acontecendo com a Escola Técnica "Pedro Barreto", de Cascavel.

A Comissão designada pelo Secretário de Educação, com relação ao Instituto Politécnico Estadual, localizado em Curitiba, no bairro Boqueirão, ainda não deu a solução para o problema. Nós, a comunidade e aqueles que utilizam o Instituto Politécnico não sabemos ainda, se o Instituto vai passar para o CEFET ou não; se vai continuar sendo Instituto Politécnico Estadual, ou não. Esta Comissão designada

pelo Secretário de Educação não chegou ainda a uma decisão se o Instituto passa para o CEFET ou não. Nós estamos sabendo muita coisa a respeito desse caso, inclusive nós queremos saber onde é que foram parar os dólares do convênio MEC-BIRD.

Só para este ano, mais de Cz\$ 3 milhões vão ter que ser aplicados em programas de equipamentos, no Instituto Politécnico Estadual. E são dólares que vieram do MEC-BIRD e até agora, estranhamente, esses dólares não foram aplicados. E aí, pergunta-se, e os dólares que vieram nos anos anteriores, que foram destinados a melhoramentos no Instituto Politécnico Estadual, onde é que foram parar? É tudo muito estranho, mas nós estamos levantando as informações porque, de repente, a gente fica sabendo uma série de coisas, e não encontra respostas para isto.

Não sabemos se o Instituto Politécnico fica como está, nas mãos do governo do Estado, ou se passa para o governo Federal, através do CEFET. Vejam, por exemplo, na Cidade Industrial existe um imóvel ocupado para o projeto BIC, que é de propriedade, segundo informações, do genro do Senhor Jaime Canet, ex-governador deste Estado. Este imóvel, estaria sendo alugado por uma quantia absurda, cerca de Cz\$ 25 mil mensais, além de terem sido, gastos na sua reforma, mais de Cz\$ 700 mil. Isso no ano passado, porque na verdade, quando se implantou esse projeto BIC, este imóvel estava quase que completamente destruído, aí se gastou uma enormidade para criar o projeto e se utilizar o imóvel e ao que se sabe, deu em nada. O projeto tem cerca de 150 alunos e hoje o Governo gasta Cz\$ 2 mil por aluno, só porque o projeto não funciona.

Os aparelhos e tudo mais só ficaram neste imóvel na época da campanha política. Lá inclusive, o Governador Álvaro Dias fez um tape para o seu espaço político na televisão. Os aparelhos desapareceram do interior deste imóvel. O Projeto BIC está totalmente falido e os alunos carentes que lá vão, apenas recebem alimentos e nada mais, apenas a merenda.

Não existe curso de primeiro nem de segundo grau e nem se ensina qualquer profissão neste imóvel chamado Projeto BIC. Gasta-se hoje cerca de Cz\$ 3 milhões por mês do orçamento da Secretaria da Educação. E dizer que se pretende fechar o Centro Politécnico - Instituto Politécnico, que gasta Cz\$ 60 mil por ano, Senhores Deputados.

Este Projeto, inclusive, recebe doações em dólares do exterior, mas não se sabe para onde está indo esta verba, que destino foi dado aos dólares do MEC-BIRD. Para o Instituto Politécnico Estadual, para o tal de Projeto BIC, que não se sabe

se ainda existe ou não na Cidade Industrial".

São essas indagações que eu faço a este Plenário. E nós queremos levantar mais dados para trazer a esta Casa e fazermos aqui a cobrança à Liderança do PMDB, a respeito dos dólares MEC-BIRD. Onde é que foram parar os dólares do Projeto BIC? Que necessidade existe de se pagar um imóvel tão caro, que não está rendendo nada, absolutamente nada, não está trazendo nenhuma vantagem, nenhum proveito para os alunos que vão apenas neste local para se alimentarem?

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Horário das Lideranças, consultamos o representante do PT, se fará uso da palavra.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores, Senhoras Colegas Parlamentares desta Casa, demais presentes nesta sessão de hoje.

Nós estamos encaminhando à Mesa, no dia de hoje, dois requerimentos, um que versa sobre o envio de um telex desta Casa aos Constituintes Paranaenses em Brasília, para que se mantenha o texto aprovado na Sub-Comissão dos Direitos dos Trabalhadores, que aliás não é um texto muito avançado, apesar disso soubemos que existe uma pressão para que na Comissão de Ordem Social essa proposta seja derrubada pela maioria.

Portanto, é de suma importância que nós, o Parlamento paranaense, nos pronunciemos e passemos a exigir dos nossos representantes em Brasília que os direitos mínimos dos trabalhadores sejam, pelo menos, garantidos na Nova Constituição. Para que isso aconteça é preciso que se aprove o requerimento que está sendo encaminhado e que está sendo subscrito por vários Parlamentares das diferentes Bancadas nesta Casa.

Ontem eu encaminhei à Mesa e certamente entrará em discussão e votação no dia de hoje - um outro Requerimento pedindo regime de urgência para a Mensagem 38/87 do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que trata da revogação da aposentadoria dos governadores. Foi matéria discutida nesta Casa, e que certamente o Governador entendeu como medida justa e assim enviou Mensagem. Então, é importante que nós Parlamentares, responsáveis pelo Poder Público e pelos recursos públicos e pela fiscalização e denúncia de seus abusos, levamos a sério, aceleremos, discutamos e aproveemos esta Mensagem do Governador,

aliás, Mensagem esta do ponto de vista da igualdade e da justiça muito bem encaminhada e intencionada.

E creio eu que o Governador terá a mesma sensibilidade tomando a iniciativa de encaminhar Mensagem para colocar em discussão a questão das nossas aposentadorias e do Fundo Estadual de Previdência dos Parlamentares sobre isto, aliás, eu gostaria de tecer alguns comentários com base na publicação no "Diário da Assembleia" de terça-feira, dia 02 de junho, do balancete de abril, onde nós constatamos que o nosso Fundo Estadual está com um ativo circulante de Cz\$ 51 milhões. Percebemos também que os pagamentos de aposentadoria são de quase Cz\$ 6 milhões (Cz\$ 5.917 mil). Além disso, vemos também que a renda proveniente de contribuições são de Cz\$ 3.255 mil; as outras rendas são rendas de aplicações em títulos que somam Cz\$ 15.334 mil. Nós percebemos também - e aliás é uma pergunta que fazemos pois não entendemos o porquê disso - que no nosso BANESTADO, que é um banco público, estão aplicados Cz\$ 1.400 mil, enquanto que no Bamerindus nós temos a aplicação de Cz\$ 18.700 mil.

Então, por que que nesse banco que é nosso, do qual se faz campanha publicitária pedindo que ajudemos o nosso banco, e nós, Parlamentares, por meio do nosso Instituto de Previdência Privado, estamos colaborando com as instituições particulares, com os bancos particulares?

Então os bancos particulares estão com a maioria dos recursos em depósito deste Fundo. Por que não os bancos oficiais? E talvez o que a gente deveria observar é que do total da receita, Cz\$ 3 milhões são provenientes de contribuições e Cz\$ 20 milhões de aplicações.

Ora, o que se constata uma vez mais é que nós temos um Estado que está falindo, que está se enfraquecendo segundo dizem por aí, assunto muito bem discutido na reunião da Bancada majoritária no dia de ontem, com a presença do Secretário das Finanças, e da qual nós infelizmente tomamos conhecimento somente através da Imprensa. Mas parece que a situação do Estado não é tão ruim como se diz, o que aliás acho muito bom. Mas, de qualquer forma foi um avanço importante da luta do funcionalismo público a conquista do gatilho salarial para aqueles que recebem até três salários mínimos.

Portanto, não podemos admitir que o Estado empobreça e o nosso Fundo enriqueça, pagando simplesmente 10% do que tem disponível e que a grande maioria da sua arrecadação não seja proveniente de contribuição, mas sim da exploração.

Concedo aparte ao Deputado Paulino José-Delazeri.

O Sr. Paulino José Delazeri - Nobre Deputado Pedro Tonelli. Devo redimir-me perante à imprensa do Paraná e isso o farei na segunda-feira, porque quando encaminhamos um requerimento pedindo a mudança em alguns artigos da Lei n. 7771 de 1983, dizíamos que o dinheiro público contribuía para a formação do Fundo com valor da ordem de Cz\$ 1.300 mil a Cz\$ 1.600 mil. Mas, tomamos conhecimento também do boletim do balancete do Fundo do mês de abril, ficamos cientes que a coisa é muito mais grave. Por que quando observamos o item despesa, verificamos que a mesma em relação aos aposentados é da ordem de Cz\$ 6 milhões e a Lei, Deputado ...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior)

A Mesa lamenta, mas o tempo de Vossa Excelência está esgotado, porém lhe concede 1 minuto para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Obrigado.

O Sr. Paulino José Delazeri - Diria que o Estado contribui com Cz\$ 3 milhões para o pagamento dos aposentados, tendo em vista que a Lei diz que o Estado é responsável por 50%. Também no item receitas - Renda de Contribuições - constam Cz\$ 3.255 mil. Se o Estado contribui com 16% e os Parlamentares com 10%, são mais Cz\$ 2 milhões e pouco, aproximadamente Cz\$ 2.200 mil de contribuição do Estado. Portanto, são mais de Cz\$ 5 milhões, nobre Deputado, todos os meses do imposto do dinheiro do povo para o Fundo de Previdência Parlamentar.

Segunda-feira faremos um "release" porque até o "Estado do Paraná" fala sobre esse assunto e diz que se trata de Cz\$ 1 milhão e nós queremos informar a este importante órgão de imprensa que é muito mais do que isso. Obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Concedemos a palavra ao representante do PMDB, Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados

Subo a esta tribuna para confirmar as denúncias feitas em Maringá - pelo Vereador José Grilo - dizendo que no Instituto de Previdência do Estado haveria irregularidades com relação às inscrições e o tráfico de influência para que pessoas ligadas a dirigentes do IPE pudessem ser agraciadas com seu apartamento.

E é verdade. Trago a esta Casa documentos que provam que realmente o Vereador tinha razão. Documentos que vêm comprovar

que, realmente, houve tráfico de influência, daquelas pessoas apadrinhadas pela direção do IPE na Cidade de Maringá.

Ao assumir o IPE no dia 23 de março de 1987 o Dr. Waldemar Alegretti, ao tomar conhecimento das irregularidades, já no dia 26 de março suspendia toda e qualquer validade das inscrições feitas em Maringá. Isto porque tinha conhecimento dos desmandos ocorridos naquela Cidade.

Bastou que suspendesse as facilidades dos apadrinhados da Senhora Jussara Volpato - Coordenadora do IPE em Maringá, para que a mesma informasse e viesse a público dizer que o responsável por isto seria o superintendente do IPE. Mas, a referida Senhora, como uma má criminosa, inexperiente, esqueceu-se que ela era a principal responsável por isto. Favoreceu várias pessoas. Aqui está a relação dos classificados do conjunto residencial Cerro Azul, também do Parigot de Souza, do Rui Alegretti, do Patrícia 2. Em todos co-existiam apadrinhados da Senhora Jussara Volpato, ou de seus aliados politicamente. Vou citar apenas alguns deles: Começo com Sebastião Rodrigues Pimentel, médico, Secretário Municipal da Prefeitura de Maringá. Basta delinear as ligações políticas deste cidadão para ver a quem pertence a sua ligação política.

Quero mencionar aqui a ficha de Eliane Regina Volpato, cunhada da Senhora Jussara Volpato, na qual consta que ela tem casa própria. Além disso, sua renda não está dentro do que é exigido pelo sistema financeiro do BNH e é proibida pela Legislação em vigor. Mesmo assim, foi classificada por ser cunhada. Não bastasse somente isto, seu pai, que também tem casa própria, igualmente foi beneficiado.

Aqui está, Senhores Deputados, Eleuton Borba Cortez, classificado também pela Senhora Jussara Volpato, como um dos que deveriam adquirir um apartamento na Cidade de Maringá. É por isto que há revolta contra Superintendente do IPE, homem íntegro, de moral inatacável, como Waldemar Alegretti, ao contrário de Luiz Felizardo Gastão que vem tentando denegri-lo inveridicamente na imprensa, acobertando os erros cometidos pela Senhora Jussara Volpato, que deveria responder criminalmente pelos desmandos na Coordenadoria do IPE em Maringá.

Mas, se não bastasse a sua cunhada, o seu pai, e apadrinhados politicamente porque a relação é enorme também, haveria necessidade que sua irmã também fosse aquirida com apartamento. Seu nome é, Constança Falcão Borba Cortez, e ela também não preenche os requisitos da ficha sócio-econômica, necessária para que cada um pudesse se inscrever no Instituto de Previdência do Estado.

Basta que as autoridades tomem medidas para que aqueles que participam da corrupção e os nela envolvidos e que somente nela sabem subsistir, tentem denegrir e desviar as atenções.

Por isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, hoje o jornal "O Estado do Paraná" estampa na sua primeira página um bilhete falsificado, que deve servir de base para que sejam oficializados criminalmente aqueles que o levaram para a imprensa, pois este bilhete nunca existiu e não existe com a assinatura do Sr. Waldemar Alegretti. E a Comissão de Sindicância proposta pelo Governador do Estado, haverá de comprovar que a Sra. Jussara Volpato e sua laia deveriam estar na cadeia, porque o lugar de corruptos, de desonestos e de ladrão deve ser atrás das grades, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Concedo o parte, com muita honra ao nobre Deputado e digno representante do Vale do Ivaí, Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Apenas para cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer de que o mérito e a certeza das irregularidades, realmente, quem irá provar é a Comissão de Sindicância. Até que esta Comissão não se manifeste, fico, como sempre ficaria ao lado de Waldemar Alegretti, porque conheço o seu passado, sua tradição de homem probo e homem correto, e diria, que, pelo menos o que a imprensa tem trazido para incriminá-lo, até hoje, seria o fato dele ter assinado alguns bilhetes, recomendando algumas pessoas, coisa tão corriqueira e tão normal na nossa vida de Parlamentar. Somos procurados, todos os dias, para recomendar um amigo, ou uma determinada pessoa, e não vejo crime nenhum em se conhecendo uma pessoa, recomendá-la ou apresentá-la à alguém. Se esse é o crime praticado pelo nosso amigo, companheiro de Governo, Waldemar Alegretti, já o teria absolvido.

Se outras irregularidades houve e pesam sobre a pessoa dele, o que eu não acredito, a Comissão de Sindicância, composta de gente também ilibada e de caráter haverá de anunciá-las.

Mas, pelo que conheço não incriminaria, hoje, a pessoa do Senhor Waldemar Alegretti.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me concederia um aparte?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O tempo está esgotado.

O SR. JOSÉ FELINTO - Pediria um minuto, para terminar, Senhor Presidente.

Quero dizer que não vejo crime em bilhetinhos, só que não ocorreu dessa maneira.

ra. Aqui está, datado de 3 de junho, expediente do Senhor Waldemar Alegretti para a senhora Jussara Volpato, solicitando que, ao ler no "Diário do Norte do Paraná" esta denúncia, afirma ter recebido bilhetinhos diversos, de várias pessoas, inclusive nossos, para dar preferência a pedidos apontados. Solicitei xerox, cópias destes bilhetinhos e ela não mandou porque não existiam!

A Senhora Jussara Volpato, pela sua irresponsabilidade, e atitudes, deveria ser, criminalmente indiciada.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa informa que o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Diante das graves denúncias do deputado José Felinto, que não leva em consideração nem mesmo ter sido o Senhor Waldemar Alegretti nomeado pelo Governador Álvaro Dias - e sabemos do apreço que liga o Senhor Deputado José Felinto ao Senhor Governador do Estado - solicitamos à Casa, e vamos fazê-lo por escrito, depois, em nome da bancada do PDT, e eu imagino em nome das outras Bancadas, em favor do Paraná, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar estas irregularidades do IPE.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Encerrado o Horário do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, como membro da CPI referente ao Porto de Paranaguá. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de Lei Complementar de autoria dos Senhores Deputados José Felinto e Aníbal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Arruda, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, com apoio do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 04/87, que institui o concurso de prognóstico sobre o resultado de sorteio de números junto à

Loteria Estadual. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 04/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que institui o concurso de prognósticos sobre o resultado sorteio de números juntos a Loteria Estadual e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., em REGIME DE URGÊNCIA. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Em discussão o projeto e a emenda.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Deputado Basílio Zanusso tem a palavra, pela ordem.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa colocará em votação e depois procederá à verificação. Está em votação a emenda de Plenário. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda de Plenário, permaneçam como estão. Está APROVADA.

A Mesa irá verificar a votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Tem a palavra, Pela Ordem.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Senhor 1.^o Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Trinta e sete Senhores Deputados responderam a chamada. A Mesa vai proceder a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda de Plenário queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, o Plenário gostaria de tomar conhecimento do teor da emenda, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A emenda foi discutida no dia de anteontem; o Senhor 1. Secretário dará conhecimento do teor da mesma a Vossa Excelência.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Lê a emenda)-

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vamos proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Tem a palavra Vossa Excelência, Pela Ordem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Logo após procedermos à verificação de votação - na própria verificação constata-se o número, o quórum legal, ou não.

Vinte Senhores Deputados aprovam;
Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se;

Três Senhores Deputados rejeitam;
Não há quórum para votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere.

O Senhor 1.º Secretário procederá à chamada nominal, lembrando que, quando se procede a chamada nominal, os ausentes têm desconto em folha.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Trinta Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Há quórum para deliberação. Em votação a Emenda. Aprovada.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Com relação a matéria anterior, ela já era matéria vencida, quando se constatou que havia apenas vinte e três Parlamentares em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa vai esclarecer ao Deputado, com base no artigo 84, parágrafo 2.º: verificada a presença de número legal, o Presidente interrompe todos os trabalhos, e imediatamente coloca a matéria em votação. Regimentalmente, pois, está em votação a maté-

ria. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O Sr. Algaci Túlio - Senhor Presidente, é matéria vencida. O Senhor constatou na verificação de quórum que havia apenas vinte e três Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Invoco mais uma vez que Vossa Excelência, zeloso como é, verifique o Regimento Interno, no seu artigo 84, parágrafo 2.º.

O SR. ANTÔNIO BELINATTI - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Agora Vossa Excelência agiu corretamente, como manda o Regimento. Parabéns.

O Projeto está em votação. Vamos proceder a verificação de votação. No Projeto de Lei, os Senhores Deputados, que aprovam o Projeto de Lei, queiram levantar-se.

Vinte Senhores Deputados APROVAM.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dois Senhores Deputados REJEITAM.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Retirado. Vamos proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se. Dezenove Senhores Deputados APROVAM.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Dois Senhores Deputados REJEITAM.

Há vinte e um Senhores Deputados presentes.

Não há quórum para a votação, somente para prosseguimento da sessão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Requeiro verificação, para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Senhor 1.º Secretário procederá à chamada nominal.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não necessito chamada nominal, Senhor Presidente. Peço verificação de quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Só posso verificar quórum com chamada nominal, Excelência.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Então pedimos só chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O Senhor 1.º Secretário procederá à chamada nominal.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

É visível que não há quórum, creio que Vossa Excelência poderá tomar uma deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - É praxe fazer chamada nominal para verificação de quórum, os Senhores Deputados podem não estar no Plenário, estar nas imediações da mesa e gostariam de participar da chamada nominal.

Como é costume desta Casa, esta Presidência não pretende agir como ditador. Vamos então proceder como a praxe manda, fazendo a chamada nominal, atendendo a solicitação da Bancada do PMDB.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Dezesseis Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Não há quórum para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Não está havendo sessão, Excelência, com dezesseis Deputados eu não posso dirigir uma sessão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Vossa Excelência declarou encerrada a sessão, não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Exato e lamentavelmente a Presidência não pode atender porque não está havendo sessão.

Nestas condições, declara encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 04/87.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 49/87.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 287/85, 270/86 e 50/87 e dos Projetos de Resolução n. 27, 28 e 29/87.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 18/87.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 64, 68 e 70/84, 180 e 229/85, 165, 178, 247 e 262/86 e 67/87.

Levanta-se a sessão.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 13.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1987.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ferrari Júnior, Secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

Às onze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi e Nestor Baptista (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente, declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos

trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Entende este Deputado que é tradição desta Casa, após feita pela Mesa a chamada nominal dos Senhores Deputados e depois de verificada a não existência de número legal para votação, que o Senhor Presidente diga se há ou não quórum para a continuidade da sessão. Portanto, entendo que depois de encerrada a chamada nominal (e sempre se faz segunda chamada pela segunda vez), não cabem mais novas chamadas nominais, que se verificaram na sessão anterior atendendo a três, quatro sucessivos pedidos de verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa atende a questão de ordem de Vossa Excelência e esta Presidência informa que seguiu exatamente o que manda o art. 84, § 2.º, que passo a ler: "Não havendo número para votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso para se proceder às votações". Embora não tivesse ninguém discutindo, nós tínhamos o número legal quando foi feito o pedido, e com amparo no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação a Ata. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 64/86, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - AFIPPUC", com sede e foro no município de Curitiba. Aprovado. (Public. no DA. n. 25 de 10.04.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.

159/86, que declara de Utilidade Pública a "Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa", com sede no município de Ponta Grossa. Aprovado. (Public. no DA. n. 75 de 04.08.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 180/86, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - ASPTRE". Aprovado. (Public. no DA. n. 83, de 18.08.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 43/87, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA SANTA TEREZINHA", com sede e foro no município de Paraíso do Norte. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 43/87. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA SANTA TEREZINHA, com sede e foro no município de Paraíso do Norte.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.06.87.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 49/87, que declara de Utilidade Pública a "AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO DA PARÓQUIA SANT'ANA", com sede e foro na cidade de Laranjeiras do Sul - Paraná. Aprovado. (Public. no DA. n. 38 de 27.04.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 51/87, que declara de Utilidade Pública o "CENTRO ESPÍRITA MENSAGEIROS DA PAZ", com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão. Aprovado. (Public. no DA. n. 39 de 28.04.87)

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 10/87 (Mensagem n. 04/87 - ex-Proposição n. 14/87), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com a participação da COMEC e DNPM, objetivando a prestação de mútua colaboração entre ambos, para o estabelecimento de uma ação conjunta e coordenada dos órgãos tendentes, conforme especifica. Aprovado. (Public. no DA. n. 38 de 27.04.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 11/87 (Mensagem n. 05/87 - ex-Proposição n. 15/86), que aprova o Convênio celebrado

em 29/12/87, entre o Estado do Paraná e o INCRA, objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas e coordenadas para execução do Plano Regional de Reforma Agrária e a implantação do Programa Básico de Assentamento de Trabalhadores Rurais em nosso Estado. Aprovado. (Public. no DA. n. 16 de 17.03.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 12/87 (Mensagem n. 07/87 - ex-Proposição n. 17/87), que aprova Convênio 17/86-SETR, celebrado em 05/12/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a TELEPAR, objetivando implantação do serviço de informações por telefone denominado "RECLAMAÇÕES SOBRE TRANSPORTES COLETIVOS INTERMUNICIPAIS". Aprovado. (Public. no DA. n. 16 de 17.03.87, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 13/87 (Mensagem n. 08/87 - ex-Proposição n. 18/87), que aprova os Termos de Revigoração datados de 03/02/87, dos Convênios n. 47 de 09/01/86 e n. 11/86 de 04/07/86, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Curitiba, objetivando aplicação de recursos do Programa de Mobilização Energética PME/PR. Aprovado. (Public. no DA. n. 16 de 17.03.87 - Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 14/87 (Mensagem n. 11/87 - ex-Proposição n. 21/87), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando a instalação ou funcionamento de armazéns destinados exclusivamente à conservação de produtos agrícolas. Aprovado. (Public. no DA. 16 de 17.03.87 - Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 15/87 (Mensagem n. 14/87 - ex-Proposição

n. 24/87), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Universidade Federal do Paraná, nas datas e com os objetivos que especifica. Aprovado. (Public. no DA. n. 16 de 17/03/87 - Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 16/87 (Mensagem n. 17/87 - ex-Proposição n. 27/87), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, com os Municípios e objetivos que especifica. Aprovado. (Public. no DA. n. 16 de 17.03.87 - Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 17/87 (Mensagem n. 19/87 - ex-Proposição n. 29/87), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da EMBRATUR e da PARANATUR, objetivando o aditamento firmado em 01.07.86, re-ratificar e complementar os Convênios celebrados em 05.06.79 e 03.11.80, respectivamente, no sentido de regular a participação operacional e técnico-financeira das partes convenientes na execução de programas, projetos e atividades previstas nos anexos que acompanham o instrumento ora encaminhado, e visando o aditamento firmado em 26.08.86, a re-ratificação da cláusula 5ª do Convênio celebrado em 13.01.86, pelas mesmas entidades, para realização de pesquisa sobre o Turismo Emissivo e Receptivo Internacional. Aprovado. (Public. no DA. n. 16 de 17.03.87 - Mensagem).

Queremos anunciar com prazer a presença em Plenário do Prefeito de Quedas do Iguaçu, Senhor Rudi Schedler.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma sessão ordinária para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a ordem do dia já anunciada.

Levanta-se a sessão.